





## 2.2 Recuperação de créditos

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é representada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada venda.

### (a) Venda de mercadorias e serviços

As vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para casos que permitam ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de vendas aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujo produto ainda não foram lançados, nem entregues aos clientes, e as vendas de valores-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Adiantamento recebido de clientes" classificadas no passivo circulante.

### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.2.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data de aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatos, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1 Estimativas e passivos contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e pressupostos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

#### (a) Redução ao valor recuperável (impairment) do ativo

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por impairment do ativo das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

#### (b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido e considera o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As provisões para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração e estão apresentadas na Nota 12.

A expectativa para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos está demonstrada na nota 12 (b).

#### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados na nota 4.3 é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço o, caso não existam, em outros instrumentos que permitam a sua mensuração.

(d) Crédito tributário decorrente da exclusão do PIS na base de cálculo do PIS e do COFINS

Conforme mencionado na Nota 11, o crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na sua base de cálculo foi calculado considerando a melhor estimativa da administração determinada com base no levantamento dos documentos identificados e disponíveis. O longo período que envolve o direito ao crédito, compreendendo datas que antecedem a vigência e obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica e da escrituração fiscal digital (SPEFD), gera maior complexidade na apuração dos valores e, portanto, o valor reconhecido ainda pode sofrer alterações.

### 3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

#### (a) Provisão de perda de crédito estimado

Fundamentada pela Administração sobre prazos esperados nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante estimado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9).

#### (b) Perdas em todos os estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base de um histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

#### (c) Vida útil dos ativos imobilizados e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16).

#### (d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de impairment são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em pressupostos e hipóteses, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revisadas quando ocorrem mudanças no cenário econômico ou no cenário consumidor.

#### (e) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e civis que, como resultado de um acontecimento passível, é provável que uma saída de recursos envolverá benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, civis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 11).

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

Os riscos não possuem opções, swaps, com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos ocultos". O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com projetos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

##### (a) Risco de mercado

###### (i) Risco cambial

O Grupo utiliza-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Swaps tradicionais referem-se a contratos de empréstimos e financiamentos;

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos e Euro). Essas operações de swap referenciadas em CDI visam anular o risco cambial, transferindo o custo da dívida (nota 19) para moeda e taxa de juros locais, variando de 118,9% a 122,6% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2019, um valor de referência de R\$ 800.000 na controladora e R\$ 800.000 no consolidado (R\$ 1.090.000 e R\$ 1.136.324 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. O Grupo tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem custos adicionais de operação de margem.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto do hedge.....	790.496	1.120.161	790.496	1.168.284
Posição passivo do swap (% CDI).....	(818.561)	(1.117.541)	(818.561)	(1.184.307)
Saldo contábil de ajuste de swap.....	<b>(26.065)</b>	<b>2.620</b>	<b>(26.065)</b>	<b>3.977</b>

  

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto do hedge (divida).....	802.770	1.088.687	802.770	1.137.414
Swaps	12.274	(31.464)	12.274	(30.872)

  

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Posição ativa.....	790.496	(1.120.161)	790.496	(1.168.284)
(Dólar/Euro + Pré).....	(804.465)	(1.116.887)	(804.465)	(1.165.942)
Posição passiva (% CDI).....	(13.969)	3.294	(13.969)	2.342

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratadas para proteção cambial e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar e do Euro frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo.

##### (ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar a sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são subsidiárias (cerca de 89% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 94% das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerando pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em sua recebíveis.

##### (c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de prazo.

A Tesouraria investiga o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por taxas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019	2.665.242	-	5.663.804	-
Fornecedores.....	1.322.361	461.152	5.663.804	646.166
Arrendamentos a pagar.....	78.240	54.487	118.236	40.212

  

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018	1.907.327	-	4.545.633	860.431
Fornecedores.....	694.058	2.484.977	4.545.633	860.431

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, compreendendo prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta do Grupo em USD/EUR estavam assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos em moeda estrangeira.....	296.368	635.968	296.368	684.091
US\$ (Nota 19 (a)).....	494.128	484.193	494.128	484.193
Taxa US\$ na data de fechamento.....	4.307	3.8748	4.307	3.8748
Taxa € na data de fechamento.....	4.505	4.4390	4.505	4.4390
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacon.....	4.900	3.8000	4.900	3.8000
Taxa de € final estimada, divulgada pelo Bacon.....	4.6203	4.4825	4.6203	4.4825

Os cenários 1 e 2 foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Cenário I - Cenário II -	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
Operação	provável			
Dólar		4.0307	4.0307	4.0307
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019.....	4.0307	4.0307	4.0307	4.0307
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020.....	4.0900	5.1125	6.1350	6.1350
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(variação US\$)	4.360	79.542	154.724
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira).....	(variação US\$)	(4.360)	(79.542)	(154.724)
Euro		Nulo	Nulo	Nulo

Em 31 de dezembro de 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto do hedge.....	790.496	1.120.161	790.496	1.168.284
Posição passivo do swap (% CDI).....	(818.561)	(1.117.541)	(818.561)	(1.184.307)
Saldo contábil de ajuste de swap.....	<b>(26.065)</b>	<b>2.620</b>	<b>(26.065)</b>	<b>3.977</b>

  

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto do hedge (divida).....	802.770	1.088.687	802.770	1.137.414
Swaps	12.274	(31.464)	12.274	(30.872)

  

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Posição ativa.....	790.496	(1.120.161)	790.496	(1.168.284)
(Dólar/Euro + Pré).....	(804.465)	(1.116.887)	(804.465)	(1.165.942)
Posição passiva (% CDI).....	(13.969)	3.294	(13.969)	2.342

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratadas para proteção cambial e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar e do Euro frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo.

##### (d) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar a sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são subsidiárias (cerca de 89% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 94% das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerando pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em sua recebíveis.

##### (c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de prazo.

A Tesouraria investiga o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por taxas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019	2.665.242	-	5.663.804	-
Fornecedores.....	1.322.361	461.152	5.663.804	646.166
Arrendamentos a pagar.....	78.240	54.487	118.236	40.212

  

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018	1.907.327	-	4.545.633	860.431
Fornecedores.....	694.058	2.484.977	4.545.633	860.431

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, compreendendo prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta do Grupo em USD/EUR estavam assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos em moeda estrangeira.....	296.368	635.968	296.368	684.091
US\$ (Nota 19 (a)).....	494.128	484.193	494.128	484.193
Taxa US\$ na data de fechamento.....	4.307	3.8748	4.307	3.8748
Taxa € na data de fechamento.....	4.505	4.4390	4.505	4.4390
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacon.....	4.900	3.8000	4.900	3.8000
Taxa de € final estimada, divulgada pelo Bacon.....	4.6203	4.4825	4.6203	4.4825

Os cenários 1 e 2 foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Cenário I - Cenário II -	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
Operação	provável			
Dólar		4.0307	4.0307	4.0307
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019.....	4.0307	4.0307	4.0307	4.0307
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2020.....	4.0900	5.1125	6.1350	6.1350
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(variação US\$)	4.360	79.542	154.724
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira).....	(variação €)	(4.360)	(79.542)	(154.724)
Euro		Nulo	Nulo	Nulo

Em 31 de dezembro de 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Objeto do hedge.....	790.496	1.120.161	790.496	1.168.284
Posição passivo do swap (% CDI).....	(818.561)	(1.117.541)	(818.561)	(1.184.307)
Saldo contábil de ajuste de swap.....	<b>(26.06</b>			

	Controladora											
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de Uso de Lava	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER		Outros	Total				
					Online	Outros			2019	2018	2019	2018
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>61.439</b>	<b>78.225</b>	<b>10.230</b>	<b>2.305.239</b>	<b>4.073</b>	<b>955</b>	<b>2.480.191</b>	-	-	-	-	
Adições	-	32.738	-	289.848	-	-	322.586	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capitalização de juros (I)	-	-	-	28.165	-	-	28.165	-	-	-	-	
Amortização	-	(33.668)	(1.320)	(329.646)	(4.073)	-	(368.707)	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>61.439</b>	<b>77.225</b>	<b>8.910</b>	<b>2.293.606</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>2.462.235</b>	-	-	-	-	
Adições	-	29.892	-	378.269	-	-	408.161	-	-	-	-	
Software destinados à integração de capital de Ane Digital	-	-	-	(40.167)	-	-	(40.167)	-	-	-	-	
Capitalização de juros (I)	-	-	-	39.527	-	-	39.527	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização	-	(52.940)	(1.320)	(328.600)	-	-	(382.860)	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>61.439</b>	<b>54.277</b>	<b>7.590</b>	<b>2.342.635</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>2.486.296</b>	-	-	-	-	
Custo total	135.305	210.796	16.500	3.582.976	21.060	955	3.967.594	-	-	-	-	
Amortização acumulada	(53.866)	(133.473)	(7.590)	(1.289.370)	(21.060)	-	(1.505.359)	-	-	-	-	
<b>Valor residual</b>	<b>61.439</b>	<b>77.225</b>	<b>8.910</b>	<b>2.293.606</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>2.486.235</b>	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>61.439</b>	<b>77.225</b>	<b>8.910</b>	<b>2.293.606</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>2.486.235</b>	-	-	-	-	
Custo total	135.305	240.690	16.500	3.960.605	21.060	955	4.375.115	-	-	-	-	
Amortização acumulada	(53.866)	(186.413)	(8.910)	(1.617.970)	(21.060)	-	(1.889.219)	-	-	-	-	
<b>Valor residual</b>	<b>61.439</b>	<b>54.277</b>	<b>7.590</b>	<b>2.342.635</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>2.486.896</b>	-	-	-	-	
<b>Taxas médias anuais de amortização</b>	<b>Indefinida</b>	<b>20%</b>	<b>8%</b>	<b>8,60%</b>	<b>5,26%</b>	<b>Indefinida</b>	-	-	-	-	-	

	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER											
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de Uso de Lava	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER		Outros	Total				
					Online	Outros			2019	2018	2019	2018
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>554.541</b>	<b>102.909</b>	<b>10.230</b>	<b>2.305.945</b>	<b>4.073</b>	<b>9.463</b>	<b>2.967.161</b>	-	-	-	-	
Adições	-	32.802	-	289.848	-	2.938	325.588	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	(36)	(36)	-	-	-	-	
Capitalização de juros (I)	-	-	-	28.165	-	-	28.165	-	-	-	-	
Baixas na venda de empresas controladas	195	-	-	-	-	-	195	-	-	-	-	
Transferências	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	
Amortização	-	(34.998)	(1.320)	(329.903)	(4.073)	(6.368)	(373.632)	-	-	-	-	
Mais valia – BIT Services	(869)	-	-	-	-	-	(869)	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>553.847</b>	<b>100.717</b>	<b>8.910</b>	<b>2.294.055</b>	<b>-</b>	<b>8.727</b>	<b>2.966.256</b>	-	-	-	-	
Adições	-	30.677	-	379.826	-	615	411.118	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	(40.167)	-	-	(40.167)	-	-	-	-	
Capitalização de juros (I)	-	-	-	39.527	-	-	39.527	-	-	-	-	
Amortização	-	(54.086)	(1.320)	(329.437)	-	(147)	(384.940)	-	-	-	-	
Mais valia – BIT Services	(869)	-	-	-	-	-	(869)	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>552.958</b>	<b>77.208</b>	<b>7.590</b>	<b>2.343.804</b>	<b>-</b>	<b>9.195</b>	<b>2.990.855</b>	-	-	-	-	
Custo total	614.963	322.254	16.500	3.646.649	21.060	15.162	4.636.588	-	-	-	-	
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91,019)	-	-	-	-	
Transferências	-	(2)	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	
Amortização acumulada	(58.760)	(182.840)	(7.590)	(1.103.642)	(21.060)	(5.419)	(1.579,211)	-	-	-	-	
<b>Valor residual</b>	<b>553.847</b>	<b>100.717</b>	<b>8.910</b>	<b>2.294.055</b>	<b>-</b>	<b>8.727</b>	<b>2.966.256</b>	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>553.847</b>	<b>100.717</b>	<b>8.910</b>	<b>2.294.055</b>	<b>-</b>	<b>8.727</b>	<b>2.966.256</b>	-	-	-	-	
Custo total	614.074	352.931	16.500	4.025.835	21.060	15.777	5.046.177	-	-	-	-	
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91,019)	-	-	-	-	
Transferências	-	(2)	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	
Amortização acumulada	(58.760)	(236.626)	(8.910)	(1.633,079)	(21,060)	(5,566)	(1,964,201)	-	-	-	-	
<b>Valor residual</b>	<b>552.958</b>	<b>77.208</b>	<b>7.590</b>	<b>2.343.804</b>	<b>-</b>	<b>9.195</b>	<b>2.990.855</b>	-	-	-	-	
<b>Taxas médias anuais de amortização</b>	<b>Indefinida</b>	<b>20%</b>	<b>8%</b>	<b>8,60%</b>	<b>5,26%</b>	<b>Indefinida</b>	-	-	-	-	-	

(I) A taxa média ponderada do CDI dos empréstimos captados pela Companhia no exercício findo em dezembro de 2019 foi de 124,00% e em dezembro de 2018, 120,00%.

#### (a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (impairment), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2019. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos utilizando uma taxa de desconto pré-tax de 9,4% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados, além de mais ou menos valia dos ativos e passivos em combinação de negócios.

O modelo de negócios adotado pela Companhia corresponde a uma estrutura verticalizada, desta forma, os saldos consolidados representados de forma mais adequada à unidade geradora de caixa (UGC), vide Nota 2.4, sendo esta considerada para o teste de impairment, não havendo impacto em eventual resultado negativo das investidas. Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados com estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitora as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda ou necessidade de nova avaliação em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ágios apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Ágio em aquisições de investimentos</b>				
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	81.439	135.305
BIT Services	-	-	-	263.992
Mesapress	-	(307)	-	310
Click Rbdo	-	-	19.426	19.426
Direct	-	195.038	-	195.038
BFF Logística	-	-	-	3
<b>135.305</b>	<b>(53.866)</b>	<b>81.439</b>	<b>614.074</b>	<b>533.847</b>
<b>(b) Desenvolvimento de web sites e sistemas</b>				
Representar gastos com plataforma e-commerce (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Dentre os projetos recomendados destacam-se:				
• Novo Shopline: site com novo layout e mais otimizado para desktop e mobile;				
• Store in store per low: maior pet shop online do Brasil;				
• Portal de seguros e serviços: instalação de ar-condicionado, seguro de roubo e furto para dispositivos móveis, plano de saúde PET, Garantia Estándia;				
• Media Center Shopline: Experiência da TV na web, ao vivo e ilimitados durante o live;				
• Plataforma de Seguros - Shopline: recomendação de seguros durante o fluxo de compra do site e piloto com venda de seguro roubo e furto de celulares (TV, celular ou roubo de celular);				
• TV Shoptime no APP: programação da quebra, perda;				
• Submarino.com – melhoria na home do departamento de livros, organização na navegação, destaque dos autores, listas literárias e lojas oficiais;				
• “Best seller” para leitores - Página automática com vitrine customizada para destacar dos livros mais vendidos nos últimos 15 dias no Brasil e no site da Submarino.com;				
• Favoritos Cross Devices – Além do App, também é possível favoritar produtos no site do Submarino. Sendo uma funcionalidade importante no engajamento de clientes, cujo objetivo é oferecer mais uma opção para o usuário montar sua wishlist;				
• Para permitir maior visibilidade das ofertas de um item, a página de produto foi adequada no site da Submarino para apresentar as 3 melhores ofertas com o objetivo de facilitar a escolha e compra dos nossos clientes;				
• No site da Submarino.com, foi desenvolvido o filtro de pré-venda que tornou possível ter uma página automática de produtos nesta condição. Além disso, passamos a permitir que sellers estratégicos possam cadastrar produtos como pré-venda;				
• A identidade visual do header no site da Submarino foi alterada de acordo com o posicionamento da marca. Atualizamos a cor institucional, trazendo ao usuário um visual mais moderno e localizado no público-alvo, além de substituir o logo antigo pela assinatura atual da marca. Também foram implementadas melhorias de usabilidade e experiência do usuário;				
• Banner Card – Nas páginas do Shoptime, esse componente possibilita a diagramação automatizada de um banner, a partir da inserção de conteúdo pela plataforma interna da empresa (Spacey). O objetivo é redução no carregamento de imagem, a padronização visual e a consistência na comunicação do Shoptime;				
• Com destaque para as linhas mais relevantes do departamento de bebês, a Americanas.com, com nova página, aposta na melhor experiência mobile e apresentação de mais conteúdo. Navegação mais prática e intuitiva;				
• Aplicativo novo do Sou Barato - Cupons, promoções e diversos produtos pelo preço que você o cliente pode pagar. Lançamos o APP com diferentes funcionalidades, tais como favortits, destaques, recomendações, entre outros;				
• Site da Americanas.com com nova página de produtos cujo objetivo é facilitar a tomada de decisão do cliente;				
• Novo resumo do pedido para todos os sites das nossas marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato. Melhoramos a disposição dos valores de forma coerente com a ordem que os descontos são aplicados, facilitando assim o melhor entendimento do cliente;				
• Vertical Pocket Móveis – novo formato da home de móveis do Shoptime;				
• Novo formato para destacar produtos usados do Submarino, visando melhor comunicação com o usuário;				
• Cadastro automático de livros no site do Submarino a partir da integração com a Metabooks, plataforma especializada em metadados do site;				
• Reformulação da página da Oferta Wow do Submarino;				
• Implementação dos últimos pedidos na home mobile do Submarino.				

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de impairment do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos.

#### (c) Direito de uso de lava

A Companhia adquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lava em meios de telecomunicação (internet, televendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itau Unibanco Holding S.A. e registrou o referido montante como ativo intangível.

#### 17. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa. A partir de 1º de janeiro de 2019, em atendimento ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo adotou a abordagem retrospectiva modificada e passou a reconhecer o valor do aluguel, estabelecido nos contratos de arrendamento de longo prazo, como Ativos e Passivos de arrendamento. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA ESTADUÁRIA	
	CONTADORA:	JANINE CARMELO DOS SANTOS - CRC RJ088.557/0-8		

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2019

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2018

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2017

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2016

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2015

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2014

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE 2013

Os Diretores da B2W Companhia Digital, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, com alterações promovidas pela Instrução CVM 586, de 08 de junho de 2017, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão;

(ii) reviram, discutiram e concordaram, sem quaisquer ressalvas com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marcio Cruz Melles; Anna Christina da Silva Sotero; Carlos Eduardo Rosalba Padilha; Carlos Henrique de Lucca Fortes Gatto; Fábio da Silva Abreu;

Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira; José Mauro Rocha de Barros; José Timóteo de Barros; Marcelo da Silva Nunes; Thiago Mendes Barreira.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas, B2W Companhia Digital. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da B2W Companhia Digital ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da B2W Companhia Digital e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da B2W Companhia Digital e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável do ativo intangível (nota explicativa 16) e da realização de tributos diferidos (nota explicativa 12):** A Companhia possui saldos relevantes de ativos intangíveis de vidas úteis definida e indefinida, composto por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como ágio em aquisição de investimentos em anos anteriores testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada controlada à qual os saldos se relacionam (unidade geradora de caixa - UGC). Adicionalmente, a Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros. As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de apuração e registro de créditos tributários. Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo e revisões das equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia. Envolvermos nossos especialistas em projeções financeiras para

a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos a coerência lógica e aritmética das projeções. Com o apoio de nossos especialistas em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando cenários de taxas de descontos e percentual de margens de lucro, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações contábeis. Adicionalmente, comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Adoção da nova norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (notas explicativas 2.2 e 17):** A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite reconhecer o efeito cumulativo da adoção inicial no saldo inicial da reserva de lucros em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação das informações comparativas. Como resultado, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram valores relevantes de ativo de direito de uso de imóveis e passivo de arrendamento. Considerando a especificidade e o volume dos contratos de arrendamentos mantidos pela Companhia e a relevância dos efeitos da adoção da nova norma nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos para identificação de contratos de arrendamento ou contratos que contêm arrendamentos e das políticas internas adotadas pela administração da Companhia para determinação dos ativos e passivos de arrendamento. Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento. Obtivemos a planilha de cálculo dos impactos iniciais da adoção da norma e, com base em uma amostra de contratos, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações contábeis sobre o assunto. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento são razoáveis, os cálculos são adequados e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Ação transitada em julgamento relativa ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa 11):** A Companhia registrou, no exercício, créditos fiscais no valor de R\$ 152 milhões, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2019, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância do valor envolvido, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotado pela Companhia e sua controlada para o reconhecimento do crédito. (b) Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes. (c) Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração. (d) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de

revisão e aprovação da mensuração do ativo. (e) Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo. (f) Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário. (g) Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das cifras do ano anterior:** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 15 de março de 2019, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CNPJ 25P000160/O-5  
Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contadora CRC 1RJ087128/O-0